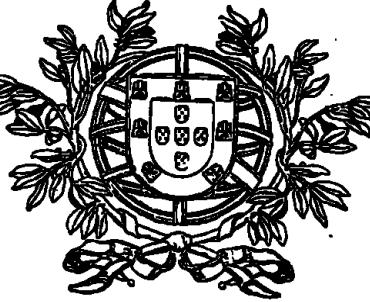


# DIÁRIO DO GOVÉRNO



# GOVÉRNO

A correspondência oficial da capital e das províncias, franca de porte, bem como os periódicos que trocarem com o Diário, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.

Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano . . . . . 18.000 | Anúncios, por linha . . . . . 60  
Ditas por semestre . . . . . 10.000 | Comunicados e correspondências, por linha . . . . . 60  
Número avulso, cada folha de quatro páginas 40  
Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-seão 10 réis de sábio por cada anúncio publicado no Diário do Governo

A correspondência para a assinatura do Diário do Governo deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeita à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

## SUMÁRIO

### MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Decretos de 1 de Março:

Dissolvendo a Comissão Administrativa do Município de Cabeceiras de Basto, e nomeando outra.

Concedendo a demissão às Comissões Administrativas dos Municípios de Reguengos, Pombal e Viana do Alentejo, e nomeando outras.

Reconhecendo a uma actriz aposentada o direito de promoção à 1.ª classe, e modificando a respectiva pensão.

Despachos pela Direcção Geral da Administração Política e Civil, sobre movimento de pessoal.

Despacho concedendo uma medalha de filantropia e generosidade.

Despachos criando, desdobrando, convertendo e transferindo escolas primárias.

Despachos criando cursos nocturnos em várias escolas primárias.

Despachos pela Direcção Geral da Instrução Primária, sobre movimento de pessoal.

Anúncio de concurso para provimento de escolas primárias.

Alvará de 1 de Março, concedendo licença para o estabelecimento dum instituto particular de ensino secundário em Braga.

Aviso para a inspecção médica dum professor de ensino secundário.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.

Despacho transferindo para o juiz da respectiva comarca o julgamento das transgressões de posturas do concelho de Almada.

Decretos de 1 de Março:

Proibindo o pároco da freguesia de Janeiro do Ruivo de residir durante seis meses dentro dos limites do respectivo concelho, o de Vilar Maior e Badamais por um ano dentro do respectivo distrito, e o do Monte por um ano na Ilha da Madeira.

Cedendo vários bens eclesiásticos ao Ministério do Interior e Câmara Municipal de Évora, à Comissão Municipal da Feira e à Junta de Paróquia de S. Miguel da Carreira.

Nova publicação, rectificada, do decreto relativo à concessão duma quinta à Direcção Geral de Agricultura, inserto no Diário n.º 34.

Despachos reorganizando comissões administrativas de bens das igrejas.

Portarias de 1 de Março, determinando várias providências com respeito à realização dos actos de registo civil e à inspecção dos respectivos serviços.

Despachos e rectificações a despachos, sobre movimento de pessoal do registo civil.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Lei de 28 de Fevereiro, confirmando a aposentação extraordinária concedida a um distribuidor da estação telegrafo-postal de Alcobaça, e alterando a respectiva pensão.

Lei de 3 Março, abrindo um crédito extraordinário a favor do Ministério dos Negócios Estrangeiros para despesas de representação dos Ministérios ocasionadas pelas relações internacionais, missões extraordinárias e outros serviços públicos.

Habilidades para levantamento de créditos.

Folha de abonos de serviços extraordinários desempenhados por alguns empregados dos impostos.

Rectificação ao acordão do Conselho do Serviço Técnico Aduaneiro, publicado no Diário n.º 50.

Arrematações (Folha n.º 26, apensa ao Diário de hoje):

Lista n.º 31:992.—No dia 2 de Abril, arrematações no Ministério das Finanças.—Foros pertencentes a várias corporações, impostos em prédios situados nos concelhos de Mafra, 1.º bairro de Lisboa, Benavente e Aljustrel.

Lista n.º 31:993.—No dia 2 de Abril, arrematações no Ministério das Finanças.—Foros pertencentes a várias corporações, impostos em prédios situados nos concelhos de Alcobaça, Seixal e Arruda dos Vinhos.

Lista n.º 31:994.—No dia 3 de Abril, arrematações no Ministério das Finanças e simultânea nas Inspecções Distritais de Finanças de Vila Rial e Pórtio. Foros pertencentes a várias corporações, impostos em prédios situados no concelho de Santa Marta de Penaguião, 2.º bairro do Pórtio e concelhos de Alcácer do Sal e Arruda dos Vinhos.

Lista n.º 31:995.—No dia 3 de Abril, arrematações na Inspecção Distrital de Finanças de Vila Rial.—Foros pertencentes a várias corporações, impostos em prédios situados no concelho de Vila Rial.

MINISTÉRIO DA MARINHA:

Portarias de 3 de Março, modificando algumas disposições estabelecidas com relação ao empréstimo das diversas artes de arrastar na pesca do rio Sado e respectiva costa, e nomeando uma comissão para proceder ao estudo das vantagens e desvantagens das rãdes e mais aparelhos empregados na pesca no referido rio e costa.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Decreto de 1 de Março, concedendo à Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito do Funchal a dispensa da verificação prévia dos projectos aprovados para a empreitada geral de construção de estradas na Ilha da Madeira.

Despachos pela Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, sobre movimento de pessoal.

Portaria de 3 de Março, aprovando os projectos dos tipos de túneis para a linha férrea do Vale do Vouga.

Alvará de 1 de Março, aprovando a transmissão da licença referente à exploração das nascentes das águas mísnero-medicinais das Caldas de Aregos.

Rectificações à portaria relativa à mina de volfrâmio da Fonte da Costa, publicada no Diário n.º 50.

Editos para concessão dos diplomas aos descobridores de três minas de estanho situadas no concelho de Sabugal.

Despachos aprovando estatutos de associações de classe e de socorros mútuos.

Relação de marcas industriais a que foi suspensa a realização dos respectivos registos.

Nota dos registos de marcas industriais recusados em Janeiro.

Avisos acerca das reclamações apresentadas contra o registo de diferentes marcas industriais, e sobre a falta de certos documentos para o registo doutras.

Nota das patentes de invenção caducadas em Dezembro de 1912. Balancete da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Bombarral, em Dezembro de 1912.

Despachos pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos, sobre movimento de pessoal.

Habilidades para levantamento de créditos.

MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS

Lei de 25 de Fevereiro, ressalvando o Governo da responsabilidade em que incorreu pela publicação do decreto que prorrogou os privilégios do Banco Nacional Ultramarino.

Acórdãos do Conselho Colonial acerca dos recursos n.º 74 e 248, de 1912.

Despachos pela Direcção Geral das Colônias, sobre movimento de pessoal.

CONGRESSO:

Câmara dos Deputados:

Proposições de lei:

Sobre a concessão de bronze e mármore para o monumento a Mousinho de Albuquerque no Chibuto.

Sobre elevação do vencimento dos soldados indígenas da polícia rural da Guiné.

Sobre contagem de tempo de serviço dos magistrados do ultramar.

Sobre escolas móveis.

Representação da Companhia das Docas do Pôrto e Caminhos de Ferro Peninsulares, acerca da proposta de lei relativa ao pôrto de Leixões.

Senado da República Portuguesa, proposições de lei:

Sobre sobrevivência de pensões para os membros das famílias dos antigos empregados das extintas companhias braçais.

Sobre concessão à Câmara Municipal de Alijó para contrair um empréstimo destinado à construção dum quartel para o regimento de infantaria n.º 30.

TRIBUNAIS:

Supremo Tribunal Administrativo, acórdão n.º 14:138.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Junta do Crédito Público, nova publicação, rectificada, do anúncio para compra de cambiais, publicado no Diário n.º 50; nota dos sorteios de títulos dos empréstimos de 3 por cento de 1905, 4 por cento de 1890 e 4 1/2 por cento de 1888 e 1889; aviso acerca do sorteio de títulos do empréstimo de 5 por cento de 1909; editos para averbamento de títulos.

Administração do concelho de Alenquer, editorial acerca da gerência do encarregado da estação telegrafo-postal do Carregado, de Julho de 1910 a Março de 1911.

Universidade de Coimbra, editais abrindo concurso para provimento de três vagas de assistente da Faculdade de Letras e de duas da Faculdade de Medicina.

Universidade do Pôrto, editorial abrindo concurso para provimento de três vagas de assistente da Faculdade de Ciências.

Imprensa Nacional de Lisboa, anúncio para venda de 31:000 exemplares do livro intitulado *Tabuada*.

Casa Pia de Lisboa, anúncio de concurso para contrato dum cidadão estrangeiro para exercer um dos lugares de prefeito.

Juízo de direito da comarca de Penela, editos para expropriação de terrenos.

Juízo de direito da comarca de Ponte da Barca, editos para citação de refractários.

Caixa Geral de Depósitos, nota do movimento de fundos em Novembro de 1912.

Conselho Superior de Promoções, editos citando um oficial do exército em serviço em Macau, para contestar um processo em que é recorrido.

Caminhos de Ferro do Estado, anúncio para arrematação de artigos de escritório.

Observatório do Infante D. Luís, boletim meteorológico.

Capitania do pôrto de Lisboa, boletim do movimento da barra.

Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

## SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 70 — Cotação dos fundos públicos nas Bólices de Lisboa e Pôrto, em 28 de Fevereiro.

### MINISTÉRIO DO INTERIOR

#### Direcção Geral de Administração Política e Civil

Tendo-se apurado que a actual Comissão Administrativa Municipal do concelho de Cabeceiras de Basto tem cometido graves irregularidades na sua administração, e sendo, portanto, a respectiva gerência nociva aos interesses dos seus administrados e às conveniências da administração pública: hei por bem, conformando-me com a consulta da Procuradoria Geral da República, e sob proposta do Ministro do Interior, dissolver, nos termos do artigo 16.º do Código Administrativo de 1878, a referida Comissão Administrativa, e nomear outra para gerir os negócios municipais até a eleição dos corpos administrativos, composta dos seguintes vogais efectivos: João Falcão de Magalhães, Franklin Ernesto de Oliveira Vaz, Leonardo Gonçalves Torres Costa, Bernardo António Gonçalves Fraga, José Alexandre de Queiroz, Manuel Gonçalves Martins Pereira, e António Bento da Cunha, e dos seguintes substitutos: Bernardo Henriques Bastos, Manuel Alberto Barroso Portela, Francisco Teixeira de Carvalho, Adriano Leite de Araújo, Francisco Pereira de Queiroz, José Joaquim Leite, e Domingos da Cunha Pacheco.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 1 de Março de 1913.—Manuel de Arriaga—Rodrigo José Rodrigues.

Havendo pedido a demissão os cidadãos que constituem a Comissão Administrativa Municipal do concelho de Reguengos, como informa o governador civil do distrito de Évora: hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior, conceder a demissão solicitada, e nomear uma comissão, composta dos seguintes cidadãos, para gerir os negócios municipais até a eleição dos corpos administrativos. Vogais efectivos: Joaquim Lopes Fernandes, António Fialho Marcão, António da Costa Estanislau, João Alves Paisas, António Caeiro Pina, Manuel Marques Godinho, Joaquim Guerreiro da Cunha.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 1 de Março de 1913.—Manuel de Arriaga—Rodrigo José Rodrigues.

Tendo a Comissão Administrativa Municipal do concelho de Pombal pedido a sua exoneração, hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior, decretar que seja aceite a exoneração solicitada, e nomeada a seguinte Comissão para gerir os negócios municipais do dito concelho, até a eleição dos corpos administrativos, composta dos cidadãos abaixo designados: vogais efectivos: Adriano Vieira Coelho, advogado; Fernando Augusto César de Sá, advogado; José Manso Preto, negociante; Aires Lial de Matos, farmacêutico; Tomás Bernardino Marques, empregado público; Joaquim Ferreira Dámaso, comerciante; José da Cruz Camareiro, comerciante; e dos seguintes substitutos: António Cardoso Guedes, proprietário; Francisco Ribeiro Carreira, artífice; Manuel António de Faria, proprietário; Manuel António Conde, comerciante; José Maria dos Santos, comerciante; António Nunes Beja, comerciante; Augusto César de Amorim Pessoa, proprietário.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 1 de Março de 1913.—Manuel de Arriaga—Rodrigo José Rodrigues.

Tendo a comissão administrativa municipal do concelho de Viana do Alentejo pedido a sua exoneração: hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior, decretar que seja aceite a exoneração solicitada, e nomeada a seguinte comissão para gerir os negócios municipais do dito concelho, até a eleição dos corpos administrativos, composta dos cidadãos abaixo designados: vogais efectivos, José da Conceição Carvalho, Augusto Alberto Sanches, Joaquim da Rosa Lopes, José António Duarte, Feliciano António Dias Paiva, Ernesto José de Campos e Eusébio Augusto de Aguilar; e dos seguintes substitutos, André Maldonado Vilalobos Vieira, Joaquim Duarte Piteira, Francisco Alberto de Oliveira Santos, Aleixo José Duarte, Fernando Paulo Coelho, Silvério Francisco Sousa e Manoel Francisco Gomes.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 1 de Março de 1913.—Manuel de Arriaga—Rodrigo José Rodrigues.

Para os devidos efeitos se publicam os seguintes despachos:

Março 1

António Gomes de Sousa Varela — exonerado, a seu pedido, do cargo de administrador do concelho de Rio Maior.

Aurélio Augusto Carlos Flores — idem de Santa Cruz, da Ilha das Flores.

Urbano Lino de Freitas — idem, das Lajes.